

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XXXXX VARA CÍVEL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

Processo n.º XXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, apresentar

MANIFESTAÇÃO A IMPUGNAÇÃO À PENHORA

aduzindo, para tanto, o que se segue.

Trata-se de impugnação à penhora oposta pelo Requerido, quando alega que o valor de R\$ XXXX penhorado por determinação judicial (ID XXXXX), violou a lei por se tratar de Salário do requerido, sob a alegação de ser impenhorável o salário, com fundamento no inciso IV do art. 833 do CPC.

Não assiste razão ao Requerido, tendo em vista que não há provas de que o valor bloqueado decorre de salário, já que não fora acostado nenhum extrato bancário ou contracheque aos autos.

Assim, não há nos autos nem ao menos a comprovação de quanto o Executado recebe a título de salário, haja vista que **não foi juntado qualquer comprovação de renda do requerido.**

No mais, conforme **há entendimento majoritário na jurisprudência que poderá ocorrer à penhora de até X% do salário,** mesmo quando se tratar de dívida não alimentar, tendo em vista que a penhora sob esta porcentagem não prejudica a subsistência digna do devedor e da sua família.

Assim vem decidindo os Tribunais:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE. 1. Ação ajuizada em 25/05/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73. 2. **O propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.** 3. **Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família.** Precedentes. 4. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente não comprometeria a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável a esta Corte em virtude do óbice da Súmula 7/STJ. 5. Recurso especial conhecido e não provido. (STJ - 3ª Turma, Resp. 1658069, Min. Rel(a): Nancy Andrighi, Julgado: 14/11/2017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. DÍVIDA. PENHORA. SALÁRIO. FONTE PAGADORA. IMPOSSIBILIDADE. I - O bloqueio de percentual do salário da executada diretamente na fonte pagadora não se confunde com a penhora on-line via Bacen Jud, essa admitida pela jurisprudência quando limitada em 30%, pois nesse percentual não há prejuízo à sobrevivência nem violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. EREsp 1.582.475/MG julgado pela Corte Especial do e. STJ em 03/10/18. II - É indevida a penhora sobre os vencimentos da executada, mediante descontos mensais na fonte pagadora, pois contraria o disposto no art. 833, inc. IV, do CPC. III - A dívida por inadimplemento de contrato de prestação de serviços educacionais não se enquadra na exceção do §2º do art. 833 do CPC. IV - Agravo de instrumento parcialmente provido. (TJDFT - 6ª Turma Cível, Processo: 07210850520188070000, Des(a). Relatora Vera Andrighi, Julgado: 28/02/2019, Publicação DJE: 13/03/2019)

Ademais, observa-se que os **valores foram bloqueados em duas contas correntes diferentes**, sendo o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX) na conta do Banco Tal e o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX) na conta do Banco Tal, de modo que seria impossível que ambas fossem contas salário.

Posto isto, requer que seja **indeferida a impugnação** apresentada, para que seja **mantido o bloqueio dos valores objeto da impugnação, determinando a liberação dos valores bloqueados para a satisfação parcial do débito**.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL